

Reunião 27/06/13



CT-SST

COMISSÃO TRIPARTITE DE SAÚDE
E SEGURANÇA NO TRABALHO

ATA

27ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST 27 de junho de 2013

Local: Edifício da CNI, Setor Bancário Norte – Quadra 1, Bloco C, 15º andar, Brasília / DF.

Hora: 10h às 15h

Participantes:

Governo

- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE
- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Celso de Almeida Haddad - MTE
- Luis Augusto Damasceno Brasil - Fundacentro
- Marco Antônio Gomes Perez – MPS
- Sônia Maria José Bombardi – Fundacentro

Trabalhadores

- Armando Henrique – Força Sindical
- Arnaldo Donizete Dantas - NCST
- Cleonice Caetano Souza – UGT
- Luis Antônio Festino – NCST
- Neila Tatiane - UGT
- Plínio José Pavão Carvalho – CUT
- Walcir Previtalo Bruno – CUT

Empregadores

- Aloisio Alves de Vasconcelos – CNA
- Eduardo Vidal – CNI
- Geraldo A. B. Vianna - CNT
- Hercules Dias - Sesi
- Júlio Augusto Zorzal dos Santos – Sesi
- Nicolino Eugênio da Silva Junior – CNF

Convidado:

- Murilo Rodrigues Coutinho - TST
- Viviane B. C. de Alcântara – INSS

Secretaria Executiva:

- Josenice Maria Silva Santos

Palestrante:

- Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira

Pauta:

1. Apresentação do Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira – TRT 3ª Região e Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro
2. Aprovação da pauta da 27ª Reunião Ordinária da CTSST
3. Aprovação da ata da 26ª Reunião Ordinária da CTSST
4. Intervalo para o almoço
5. Informes dos Grupos de Trabalho Setoriais:
 1. Transporte Rodoviário de Cargas
 2. Indústria da Construção Civil
6. Informes sobre avanços do PLANSAT
7. Proposta de formação de Grupos de Trabalho
 1. Grupo de Trabalho para riscos psicossociais
 2. Grupo de Trabalho para a revisão do PLANSAT
8. Encerramento

63 harmonização não significa uma revolução nas legislações relacionadas à segurança e saúde, mas sim uns
64 propostos apenas para aglutinação dos dispositivos legais atualmente existentes que se encontram
65 dispersos e que durante esse processo de aglutinação seja feita a atualização de comandos já
66 ultrapassados. Observou que diversos dispositivos legais estão atualmente no campo do direito individual e
67 devem ser atualizados para um conceito de estado democrático de direito. Nicolino Eugênio da Silva Junior
68 parabenizou pela realização da apresentação da proposta de harmonização da legislação e que foi uma
69 grande oportunidade de fomentar a discussão, pois foi possível observar o tamanho da dispersão da
70 legislação relacionada à segurança e saúde do trabalhador e que esta dispersão dificulta a ação dos
71 empregadores que muitas vezes se perdem em meio a tantos comandos de diferentes legislações; ainda
72 observou que uma proposta de “Código de Segurança e Saúde no Trabalho” simplificaria e modernizaria o
73 acesso dos empregadores aos deveres e obrigações de suas empresas em relação à saúde do trabalhador,
74 citando como exemplo o Código de Defesa do Consumidor, que se tornou um meio prático e rápido dos
75 empresários acessarem suas obrigações em relação aos clientes; destacou também a importância de que o
76 debate sobre o tema deva sempre ser muito técnico, deixando ideologias afastadas para melhor alcance
77 dos objetivos da proposta de harmonização da legislação. Armando Henrique observou que, apesar do
78 interesse comum entre governo, trabalhadores e empregadores em avançar na melhoria das condições de
79 trabalho, há uma grande dificuldade em encontrar os caminhos em meio à dispersão da legislação e
80 questionou como o Brasil se encontra em relação às legislações de outros países e como poderia ser feito
81 esse novo marco legal e onde ele se encaixaria em nosso ordenamento jurídico, questionou também como
82 se dariam as relações entre as diferentes instituições do governo e se essa nova legislação estaria
83 vinculada a algum órgão do executivo em especial. Sebastião Geraldo de Oliveira respondeu que as
84 inovações necessárias precisam ser feitas por lei, já que as Portarias são limitadas a regulamentar os
85 comandos das leis, portanto a harmonização se daria em nível de leis ordinárias, amparadas pela própria
86 Constituição Federal e que, atualmente, em substituição aos antigos “Códigos”, corpo de leis mais
87 elaboradas e de difícil tramitação, há o conceito de microssistemas que se concretizam em “Estatutos”, que
88 neste caso seria o Estatuto Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador ou Estatuto Nacional de Direito
89 Ambiental de Trabalho ou outro nome conveniente que seria uma norma equivalente à CLT, ou seja, lei
90 ordinária internalizando as convenções da OIT ratificadas ou não e reunindo diversas questões agregando
91 os princípios constitucionais a outras questões afetas à segurança e saúde do trabalhador e que já
92 possuímos diversas normatizações mais avançadas que de diversos países, mas que o grande desafio é
93 tornar real o que já é legal e para isso seria necessária a previsão de uma norma processual de
94 implementação, as chamadas tutelas inibitórias que poderiam prever, por exemplo, a determinação de
95 correção nos ambientes de trabalho com consequência de acidente ocorrido, em complementação às
96 multas e indenizações ou que sejam corrigidas situações de insalubridade sempre que houvesse ação
97 judicial para reconhecimento da insalubridade, previu também a inclusão de tutelas preventivas judiciais que
98 teriam o papel de desenvolver uma cultura de prevenção sempre que judicialmente fossem detectadas
99 situações de risco ao trabalhador; observou, ainda, que atualmente as Normas Regulamentadoras, por
100 serem fruto de uma delegação normativa, adquirem força de lei ordinária; argumenta ainda que há
101 necessidade de sensibilização da sociedade para o tema para que as obrigações venham a ser cumpridas
102 de forma satisfatória e que somente o fato de se publicar um “Estatuto de Segurança e Saúde no Trabalho”,
103 com comandos de direito material, de direito processual e de direito penal já provocaria a movimentação de
104 diversos setores da sociedade para a realização de simpósios, oficinas, seminários, teses, dissertações ou
105 pesquisas colaborando para a consolidação da cultura de segurança e saúde no trabalho e que a proposta
106 seria a preparação de um anteprojeto de lei para a apresentação ao Congresso Nacional. Armando
107 Henrique informou sobre a formação da Frente Parlamentar de Segurança e Saúde no Trabalho e que um
108 dos assuntos em debate na Frente Parlamentar é a harmonização da legislação. Arnaldo Donizete Dantas
109 questionou sobre o conflito entre a Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, que determina a
110 minimização de riscos e outras legislações que pretendem ser alteradas criando riscos ao trabalhador,
111 como é o caso das propostas de alteração da lei de descanso dos motoristas que está sendo debatida para
112 permitir a flexibilização das jornadas. Sebastião Geraldo de Oliveira respondeu que qualquer lei que esteja
113 fora do espectro da Convenção 155 da OIT deve ser julgada inconstitucional e que deve haver um estudo
114 técnico específico da proposta de alteração da lei de descanso dos motoristas para averiguação de sua
115 constitucionalidade. Luis Antônio Festino destacou o alto índice de mortalidade no setor de transporte e
116 informou que o CONTRAN tem o entendimento que a Lei 12.619/2012 não é passível de aplicação em
117 algumas rodovias e que causa estranheza o fato de que menos de 01 (um) ano após a publicação da lei
118 12.619/2012 já ocorrerem movimentos políticos para modificação de alguns de seus dispositivos; ainda
119 destacou que há setores defendendo que sejam permitidas jornadas diferentes para motoristas empregados
120 e motoristas autônomos. Geraldo A. B. Vianna observou que a lei 12.619/2012 foi uma legislação que
121 nasceu de um anseio de todo o setor de transporte, incluindo empregadores e trabalhadores, e que a lei
122 representou um grande marco na busca da redução dos altos índices de acidentes e de mortes no setor e,
123 ainda, que há necessidade de maior envolvimento de diversos setores do governo para que haja
124 conscientização em relação, principalmente, à jornada de motoristas. Viviane B. C. de Alcântara levantou a
125 questão dos adoecimentos de trabalhadores com divergência entre as conclusões da perícia médica do
126 INSS e do médico do trabalho, ocasionando a impossibilidade de retorno ao trabalho com suspensão do
127 benefício concedido pelo INSS e que esses casos geralmente são encaminhados à Justiça do Trabalho e
128 questiona quais seriam os caminhos práticos para a resolução dessa situação, sugeriu que se houvesse

da CT-SST, no caso dos grupos de trabalho de transporte e de construção civil ou a proposta de formação de grupo de trabalho dos riscos psicossociais. Sônia Maria Bombardi destacou as atividades de grupo de trabalho sobre educação em SST que, apesar de não formalizado, já apresentou algumas propostas. Carlos Augusto Vaz de Souza destacou a importância da formalização de um grupo de trabalho, subordinado ao Comitê Executivo, e por consequência à CT-SST, que teria como atribuição desenvolver as ações previstas no Plansat; propôs que esse grupo se reunisse imediatamente para dar encaminhamentos às ações de curto prazo. Nicolino Eugênio da Silva Junior destacou as competências previstas para a CT-SST a qual compete propor a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, propor o aperfeiçoamento do sistema nacional de segurança e saúde no trabalho e a elaboração do Plansat e que a formação de grupos de trabalho pode dispersar o foco da CT-SST, já que outros temas já possuem fóruns de debate. Carlos Augusto Vaz de Souza retomou o tema da necessidade de formação de grupo de trabalho mais amplo que cuide exclusivamente das ações do Plansat e que a partir desse grupo de acompanhamento do Plansat sejam criados outros grupos, tais como o grupo de educação, o grupo de harmonização da legislação, grupo de integração das informações em SST ou outros que sejam necessários. Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira enfatizou a necessidade de criação de um grupo para acompanhamento global das ações do Plansat e que, dependendo da complexidade de um objetivo, de uma estratégia ou ação prevista, fossem criados grupos de trabalho; alertou ainda para a necessidade de manutenção do funcionamento de grupos temáticos, pois no caso do setor de transporte ou dos riscos psicossociais não há ações do Plansat que contemplem especificamente esses temas e que a CT-SST não poderia perder o foco em setores ou temas que apresentam altos índices de acidentes ou adoecimentos e que os grupos temáticos, ao contrário dos grupos de trabalho, não precisariam necessariamente estar vinculados ao Comitê Executivo, porém abasteceriam a CT-SST de informações sobre os temas julgados prioritários. Marco Antônio Gomes Perez destacou a necessidade de formação de grupos de trabalho e grupos temáticos, pois os desafios do Plansat são imensos e que deve haver foco nas ações para que sejam apresentados produtos à sociedade e que para isso outras parcerias serão necessárias, tais como parcerias com universidades, instituições de pesquisa, dentre outras. Celso de Almeida Haddad enfatizou a necessidade de sistematização. Nicolino Eugênio da Silva Junior se manifestou contra a criação de grupos de trabalho que retirem o foco da CT-SST, destacando que a criação de grupos deve estar sempre vinculada às ações do Plansat. Plínio José Pavão Carvalho propôs que seja criado um Comitê Executivo responsável pelas ações do Plansat com a devida abertura para discussões tripartites; propôs ainda a realização de oficina para discussão da revisão do Plansat e, se for o caso, a criação de grupo de trabalho específico para a revisão do Plansat, com posterior deliberação da CT-SST; avaliou que o Plansat possui Objetivos e Estratégias corretas, porém as Ações, muitas vezes, não estabelecem de maneira prática ou estabelecem de maneira vaga o que deve ser realizado; com a revisão será possível estabelecer as prioridades ou os recursos necessários para cada ação e que para o desenvolvimento dessas ações, em muitos casos será necessária a constituição de grupos de trabalho ou grupos temáticos, desde que não haja conflito com outros grupos já criados, por exemplo no âmbito da CTPP; destacou ainda que há necessidade de que sejam alocados recursos para o bom andamento das ações do Plansat. Sônia Maria Bombardi destacou que o poder executivo tem como atribuição buscar recursos para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plansat e que concorda que não se pode engessar a criação de grupos de trabalho e que há necessidade de desenvolver metodologia para o andamento dos trabalhos e que é percepção geral de que a falta de metodologia é a maior responsável pela falta de resultados e que a revisão do Plansat pode melhorar o foco das ações e permitirá a melhor definição das tarefas necessárias para o alcance dos objetivos; ponderou que os grupos de trabalho precisam definir bem seu foco para evitar que o mesmo tema seja debatido em diferentes fóruns; sugeriu que sejam criados grupos de trabalho por objetivos, a depender da necessidade de cada objetivo do Plansat e que se o fórum da CT-SST não tem condições de discutir em detalhes cada um dos temas de maneira adequada. Geraldo A. B. Vianna propôs encaminhamento de que as ações do Plansat sejam desenvolvidas por Comitê Executivo que criará, a depender das necessidades e complexidade de cada tema, tantos grupos de trabalho, tripartites ou não, quanto forem necessários e que as deliberações sejam sempre feitas na CT-SST, com apoio da área acadêmica, do poder executivo ou judiciário. Nicolino Eugênio da Silva Junior reforçou que não defende o engessamento da criação de grupos de trabalho, mas que todos os trabalhos devem ser feitos apenas com foco na PNSST e no Plansat e que a criação de grupos de trabalho deve ser feita apenas para o alcance dos objetivos. Celso de Almeida Haddad propôs uma revisão ampla do Plansat, inclusive para melhorar o entendimento do comando de cada uma das ações; propôs que a bancada de governo realizasse uma revisão ampla do Plansat e que essa revisão fosse apresentada a todos os integrantes da CT-SST para deliberação. Plínio José Pavão Carvalho fez proposta de revisão por bancada e que fosse convocada reunião extraordinária para deliberação. Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira esclareceu que a revisão do Plansat só não poderia ocorrer em relação aos Objetivos, pois estão estabelecidos na Política, porém a CT-SST tem total autonomia para alterar Estratégias, Ações e Prazos, destacando inclusive que muitos prazos precisam ser alterados, pois a revisão deve levar em consideração os prazos que já se sabe que não serão cumpridos ou por percepção de que a ação tem caráter permanente, por exemplo. Celso de Almeida Haddad estabeleceu que a bancada de governo faria uma proposta de revisão do Plansat para ser encaminhada em 15 (quinze) a todos os membros da CT-SST, dessa forma cada bancada teria um ponto de partida para suas discussões internas de uma proposta de revisão do Plansat. Celso de Almeida Haddad encerrou a reunião.